

CONTRATO CEDAE N.º 059 /2018 (DG)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **SOS MÁQUINAS ASSESSORIA INDUSTRIAL EIRELI**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**, sociedade de economia mista sediada na Av. Presidente Vargas, n. 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seus diretores ao final assinados, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Presidente, e Sr. EDES FERNANDES DE OLIVEIRA, Diretor de Produção de Grande Operação, doravante denominada **CEDAE**, e a **SOS MÁQUINAS ASSESSORIA INDUSTRIAL EIRELI**, com sede na Estrada da Represa, 970, Jardim Nisalves, Itapeverica da Serra/SP, CEP: 06.851-200, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.950.626/0001-21, neste ato por meio de seu Sócio Administrador, Sr. CIRO MEI NETO, portador da cédula de identidade 29.842.578-6, inscrito no CPF sob nº 176.494.848-31, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo n. **E-07/100.628/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 321/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/19/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006 e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de **"SERVIÇO DE REPARO DE TRÊS MOTORES DO BAIXO RECALQUE DO GUANDU (BRG)"**, conforme detalhado no Anexo II – Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de vigência do contrato será de **90 (noventa) dias**, contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.
- e) providenciar a publicação resumida do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos do parágrafo único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:



- a) providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77, relativa à execução dos serviços, definindo os responsáveis técnicos dos mesmos.
- b) conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do instrumento convocatório, da Proposta de Preços e da legislação vigente, atendendo a todas as solicitações de natureza técnica, da **CEDAE**, relacionadas com o objeto deste Contrato;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**.
- d) submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho e substituir qualquer membro da referida equipe, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE** ;
- e) admitir que todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., por ela elaborados serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.
- f) abster-se de dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução de serviços, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.
- g) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato.
- h) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- i) prestar, sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;
- j) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- k) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados, cabendo à CEDAE, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que a CONTRATADA assista direito a indenização;
- l) providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, com vigência a partir da data de início dos serviços até seu recebimento definitivo. Assim sendo, será responsável pela contratação dos seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços, sob pena de assumir diretamente todos os riscos e ônus inerentes;
- m) comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- n) manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;
- o) aceitar especificamente, nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art.65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos

p) Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

q) Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
- II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
- III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
- IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 33903917
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110322
C. Custos: DG00010000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000554

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

- a) O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, inclusive os noturnos e respectiva iluminação, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a CONTRATADA por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO, DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DAS GARANTIAS

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, devendo ser obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos e normas técnicas, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da CEDAE. Deverá ser obedecida toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É facultado à CEDAE exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a CONTRATADA prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo primeiro, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO - A aceitação dos serviços ficará sujeita à aprovação da Fiscalização, obrigando-se a CONTRATADA a refazer aqueles que forem rejeitados, ficando, também, condicionada ao fornecimento, pela CONTRATADA, dos serviços por ela, ou por seus possíveis subcontratados, realmente executados, de acordo com as normas, instruções e especificações do Serviço de Cadastro Técnico da CEDAE.

PARÁGRAFO QUINTO - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a exime de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO OITAVO - A CEDAE poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão dos serviços em andamento. A suspensão tornar-se-á efetiva 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento, pela CONTRATADA, desta determinação, devendo a mesma proceder à entrega dos serviços até então executados ou em execução, os quais lhe serão remunerados pela CEDAE, desde que tecnicamente aceitos.

PARÁGRAFO NONO - A CEDAE poderá deixar de expedir Ordem de Execução - OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução dos serviços, ou ainda se a CONTRATADA não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da CEDAE. Nestes casos, não assistirá à CONTRATADA direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As Ordens de Execução emitidas pela CEDAE e aceitas pela CONTRATADA ficarão fazendo parte integrante deste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A Coordenação Geral dos trabalhos da CONTRATADA deverá estar localizada, obrigatoriamente, no Município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da CEDAE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Todos os empregados da CONTRATADA e de seus possíveis subcontratados deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da CONTRATADA, mantendo-se inalterado o prazo de execução dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela CONTRATADA no cronograma físico-financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total dos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Caso estas etapas mensais não sejam cumpridas pela CONTRATADA, após a verificação da Fiscalização da CEDAE, serão pagos à CONTRATADA, somente os serviços e fornecimentos efetivamente executados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Todos os materiais/equipamentos a serem empregados na execução dos serviços deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a CONTRATADA à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à CONTRATADA, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a CONTRATADA arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A CONTRATADA responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - A CONTRATADA se obriga a cooperar com outras contratadas da CEDAE, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "q", da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias

Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, as seguintes comprovações:

- a) Prova de pagamento dos salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com a habitualidade, devam integrar os salários;
- b) Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados;
- c) Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados;
- d) Prova de regularidade com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos, incluindo aqueles relativos aos empregados vinculados ao contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO QUINTO - A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS TERCEIRO e QUARTO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO SEXTO - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso do parágrafo sexto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Os serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica do Engº FELIPE GARCIA DOS SANTOS, CPF nº 300.089.748-88, CREA nº 5061857813, que fica autorizado a representar a **CONTRATADA**, em suas relações com a CEDAE, em matéria de serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** obriga-se a manter o engenheiro indicado nesta cláusula como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local dos serviços até seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Responsável Técnico aqui indicado deverá figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata a alínea "a" da CLÁUSULA QUARTA deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais)** em 03 (três) parcelas, sendo as duas primeiras no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) e a terceira no valor de R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), conforme cronograma-físico financeiro de fls. 316, a ser realizado mensal e sucessivamente, mediante crédito em conta bancária, mantida pela **CONTRATADA**, via Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor" (Anexo VI do edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No pagamento da segunda e demais parcelas mensais do contrato só será efetuado mediante demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato, referentes ao mês anterior à data do pagamento, de acordo com o disposto no parágrafo terceiro da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento à comissão de fiscalização nomeada para este contrato, sito na Av. Presidente Vargas, 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ, acompanhada de cópia autenticada do comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo terceiro da cláusula oitava, e respectiva folha de pagamento relativa à mão de obra empregada no contrato, com base no prescrito no parágrafo 2º do artigo 71 da Lei 8666/93, ficando o pagamento condicionado ao atendimento ao exigido neste parágrafo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para efeito do parágrafo anterior, a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para os serviços contratados, conforme preconizado no parágrafo 4º do Art. 31 da Lei 8212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei 9032/95 de 28/04/95.

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas no parágrafo primeiro e segundo o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data da entrada do documento de crédito, isento de erros, no setor competente, previamente atestado por 2 (dois) servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato. No caso da Fiscalização encontrar erros na fatura elaborada pela **CONTRATADA**, a mesma será devolvida para sua reapresentação.

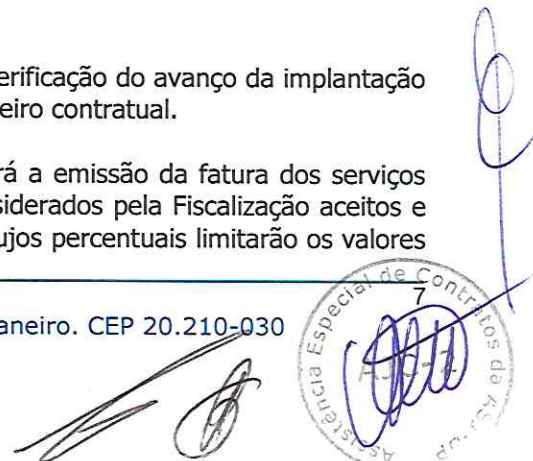
PARÁGRAFO QUINTO - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso sendo prosseguida a contagem a contar da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*, a partir do dia seguinte ao do efetivo pagamento até a data prevista do pagamento.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação dos serviços e/ou fornecimentos a serem realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

PARÁGRAFO OITAVO - Mensalmente, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.

PARÁGRAFO NONO - A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados pela Fiscalização aceitos e de conformidade com o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores



dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Fiscalização terá 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da fatura, para aprová-la ou devolvê-la.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, da comprovação de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA do serviço.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10,0% (dez por cento) do valor do Contrato e só será processada após a aceitação provisória dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A **CEDAE**, a qualquer tempo, poderá utilizar créditos da **CONTRATADA** para atender aos compromissos e obrigações assumidos, e não cumpridos, pela mesma, junto aos seus empregados e subcontratados, em decorrência dos serviços objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea "q", da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CEDAE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie, a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Comissão de Fiscalização, dele descontados quaisquer créditos da CEDAE, relativos a danos e/ou prejuízos decorrentes da execução dos serviços ou das multas que lhe venham a ser aplicadas, independentemente das demais penalidades a que estiver sujeita a CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Constituem motivo para rescisão do Contrato, além daquelas relacionadas no Artigo 78 da Lei 8.666/93, cessão ou subempreitada parcial ou total dos serviços sem prévia autorização da CEDAE.

PARÁGRAFO QUARTO - Não havendo culpa da CONTRATADA, para a ocorrência da rescisão, fará ela

jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados de conformidade com o parágrafo 2º, artigo 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

PARÁGRAFO QUARTO - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO SEXTO - A aplicação da sanção prevista na alínea "d", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A multa administrativa, prevista na alínea "b", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, observará o seguinte:

- a) corresponderá individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO OITAVO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

PARÁGRAFO NONO - O não atendimento às solicitações da Fiscalização da CEDAE, sujeitará a CONTRATADA a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da CEDAE, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, ocorrendo rescisão por motivo imputável à CONTRATADA, esta responderá, alternativamente, à escolha da CEDAE, por:

- a) multa rescisória de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do Contrato, podendo a CEDAE se ressarcir desses valores com as garantias contratuais ou com os créditos de qualquer pagamento ainda devido à CONTRATADA; ou
- b) pagamento de perdas e danos que puderem ser efetivamente apurados.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação das multas dar-se-á cumulativamente, à medida em que cada obrigação deixar de ser cumprida, limitando-se a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento, ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívida líquida e certa, ficando a CEDAE autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à contratada ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua

aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d", da mesma Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As penalidades previstas na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta; enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais entes federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos das referidas penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A CEDAE poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da CONTRATADA poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO ÚNICO - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso A CEDAE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da CEDAE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO - O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e

deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo **vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A ocorrência de fatos próprios às condições climáticas regionais, bem como suas consequências, não serão consideradas causas para prorrogação do prazo contratual estabelecido na Cláusula 2ª deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DISPOSIÇÕES GERAIS

Em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da contratada, esta prevalecerá.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA FACULDADE DE USO

O atraso, tolerância ou omissão por parte da CEDAE no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste Contrato, dos documentos referidos na Cláusula 3ª ou da Lei em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a CEDAE exercitá-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ nº. 262/2014.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O extrato da publicação deverá conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **3 (três)** vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2018 .

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


EDES FERNANDES DE OLIVEIRA
Diretor de Produção de Grande Operação

Pela **CONTRATADA**:


CIRO MEI NETO
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-SOS-MAQUINAS-serviços-de-reparo-PE-321-2018-PLD

Secretaria de Estado do Ambiente

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DESPACHO DO DIRETOR-GERAL INTERINO
DE 18/05/2018

PROCESSO Nº E-07/001/094/2018 - RECONHEÇA A DIVIDA do exercício encerrado de 2017, no valor de R\$ 2.124,60 (dois mil cento e vinte e quatro reais e sessenta centavos), em favor do MARCO AURELIO DE OLIVEIRA TRINDADE, referente ao auxílio funeral do ex-servidor Milton Guedes Trindade, falecido em 24 de outubro de 2017, na forma do inciso VI, do art. 14, do Decreto nº 41.830, de 25 de maio de 2009.

Id: 2107421

UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DA BAIA DE GUANABARA

DESPACHO DO COORDENADOR EXECUTIVO
DE 15/05/2018

PROC. Nº E-07/013/131/2018 - RECONHEÇA A DIVIDA, em favor da Empresa Consórcio Saneamento - COBRAPE - CH2M, referente ao período de 01 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, para despesa sobre a medição número 50/1 do Contrato SEAUPEPSAM nº 026/2012, no valor de R\$ 43.335,28 (quarenta e três mil trezentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos), em atendimento às determinações contidas no Decreto nº 46.230, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2018.

Id: 2107428

UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DA BAIA DE GUANABARA

DESPACHO DO COORDENADOR EXECUTIVO
DE 18/05/2018

PROC. Nº E-07/013/227/2016 - RECONHEÇA A DIVIDA, em favor da Empresa Ouro Verde Locação e Serviço S.A., referente aos serviços executados no período de 01/23 de maio de 2016, objeto do contrato SEAUPEPSAM nº 009/2014, no valor de R\$ 9.785,16 (nove mil setecentos e oitenta e cinco reais e dezesseis centavos), em atendimento às determinações contidas no Decreto nº 46.230, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2018.

Id: 2107439

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
ATO DO PRESIDENTE
DE 11/05/2018

RECONHEÇA A ESTABILIDADE do servidor RUI MARIA GRABOWSKY NUNES, ID Funcional nº 2081961-7, no cargo de Engenheiro Civil, do Quadro Permanente do Instituto Estadual do Ambiente, em virtude de aprovação no estágio probatório, conforme publicação no Diário Oficial de 10 de maio de 2018, na forma do Decreto nº 44.912, de 13 de agosto de 2014 e do art. 11, da Resolução INEA nº 98, de 30 de outubro de 2014. Processo nº E-07/002.14750/2014.

Id: 2107599

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CONSELHO DIRETOR
DESPACHO DO CONSELHO DIRETOR
DE 17/05/2018

PROCESSO Nº E-07/002.13572/2014 - Vital Engenharia Ambiental S/A, - Auto de Infração nº SUPSULEAI/00143559, face ao deliberado pelo CONDIR, no item VII, da ATA 206ª da Reunião Ordinária de Assuntos Gerais de 30 de novembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria do INEA GC nº 49/2018, 14 de maio de 2018, tendo em vista manifestação preclusão, DEIXA-SE de processar o recurso.

DIRETORIA DE PÓS LICENÇA

DESPACHOS DO DIRETOR
DE 15/05/2018

PROC. Nº E-07/502.957/09 - DEFIRO a impugnação apresentada por Almar Teixeira Fraga, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 47/51.

PROC. Nº E-07/202.618/08 - DEFIRO a impugnação apresentada pelo Auto Posto Vianuver Ltda, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 24/28.

PROC. Nº E-07/202.905/08 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela Fundação Departamento de Estradas de Rodagem - DER-RJ, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 54/58.

PROC. Nº E-07/504.748/11 - DEIXO DE CONHECER a impugnação apresentada por Cassel Pré-Fabricados LTDA, em função de sua intempestividade, CONVALIDO o Auto de Infração COGEFI-SEAU/0124035, o qual passa a aplicar multa no valor de R\$ 15.353,76 (doze mil trezentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos), acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 74/79.

PROC. Nº E-07/002.9323/16 - DEFIRO a impugnação apresentada pela empresa Auto Posto Ted de Pirai LTDA., acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 23/27.

PROC. Nº E-07/002.15525/13 - DEIXO DE CONHECER a impugnação apresentada por Zeiv Lucyan Maimon em função de sua intempestividade, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 27/30.

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

DESPACHO DO DIRETOR
DE 17/05/2018

PROCESSO Nº E-07/504231/2012 - TORNA SEM EFEITO o indeferimento nº 020272, que restabelece a validade do Tempo Administrativo nº E-07/504331/2012, de titularidade do POSTO TURCAO LTDA conforme determinado na 274ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental do CONDIR realizada em 26/01/2015.

DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOASDESPACHO DA GERENTE
DE 18/05/2018

PROCESSO Nº E-07/511.569/2011 - De acordo com o Decreto nº 2.479/79, procedeu-se a apuração do Tempo de Serviço para fins da Licença Prêmio do servidor RODRIGO DE MELO CAMPOS, ID nº 3151264-0, Cargo Geógrafo. Sendo assim, AUTORIZO a concessão de 03 (TRES) meses do benefício, tendo em vista o direito, relativos período-base de 16/01/2012 a 13/01/2017.

Id: 2107507

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COORDENADOR EXECUTIVO E DE PLANEJAMENTO
ATO DO COORDENADOR-EXECUTIVO
PORTARIA INEA COEXEC Nº 041 DE 18 DE MAIO DE 2018

SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO PARA A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO INEA Nº 20/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O COORDENADOR EXECUTIVO E DE PLANEJAMENTO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições

previstas na Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, e no Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, tendo em vista o que consta no Processo nº E-07/002/11896/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir os membros da Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato INEA Nº 20/2014, firmado com a Construtora RJ2 LTDA., designada pela Portaria COEXEC Nº 30 de 12/01/2018, publicado no D.O. de 19/01/2018.

Art. 2º - Designar Wanderley Enas Gonçalves, ID Funcional nº 4254716-4, para a Gestão do Contrato; Fernando Antônio Freitas Mascarenhas, ID Funcional nº 2868702-7, Roberta de Souza Lopes, ID Funcional nº 4317061-5, para Fiscalização, e Misses de Freitas Almeida, ID Funcional nº 2070124-0, como Suplente.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01/04/2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2018

LINCOLN MURCIA
Condenador Executivo e de Planejamento

Id: 2107508

COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 04/04/2018

DESIGNA SHEILA BARBOSA MARTINS, Técnica de Laboratório II, como Presidente; ROSSON CAMPOS DOS SANTOS JUNIOR, Técnico de Laboratório II, KATIA MARINHO DE BARROS, Analista de Qualidade II, como membros titulares e DANIELLE VICENTE DE FARIAS, Técnica de Laboratório II, como membro suplente. Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a AQUISIÇÃO DE GABINETE PARA PRODUÇÃO DE AGUA ULTRA-PURA E RESERVATÓRIO PARA ARMAZENAMENTO, do que trata o Processo nº E-17/100.509/2016, Ordem de Serviço "E" nº 15.082/2018.

Id: 2107223

COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 20/04/2018

DESIGNA OCTAVIO LEGG NETO, Engenheiro E, como Presidente, JOSE SERGIO MIRELLES COSTA, Agente de Saneamento I, ROSSON PORTO CARDOSO, Engenheiro B, como membros titulares e TITO RODRIGUES PONTES PINHEIRO, Engenheiro A, como membro suplente. Gerente do Contrato JULIO CESAR OLIVEIRA ANTUNES, Agente de Saneamento II e ADILSON FERREIRA BORGES, Analista de Qualidade C, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado ao "SERVIÇO DE REPARO DE TRES MOTORES DO BAIXO RECALQUE DO GUANDU (BRG)", de que trata o Processo nº E-07/100.628/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.111/2018.

Id: 2107232

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e AbastecimentoDESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 14/05/2018

PROCESSO Nº E-02/007/001789/2018 - MAGNO CORDEIRO DE MELO, Matrícula nº 0035667-5 - CONCEDO o Auxílio Funeral.

DE 17/05/2018

PROCESSO Nº E-02/007/001717/2018 - AUTORIZO, conforme dispõe a Resolução SEAPPA nº 63, de 09 de março de 2009, publicada no D.O. do Estado do Rio de Janeiro em 14/05/2009, o cadastro do Médico Veterinário CELSO DE OLIVEIRA, na Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal da Superintendência de Defesa Agropecuária desta SEAPPA, para realização de vacinação contra brucelose.

PROCESSO Nº E-02/007/001716/2018 - AUTORIZO, conforme dispõe a Resolução SEAPPA nº 63, de 09 de março de 2009, publicada no D.O. do Estado do Rio de Janeiro em 14/05/2009, o cadastro do Médico Veterinário EVERTON BENEDITO POYES, na Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal da Superintendência de Defesa Agropecuária desta SEAPPA, para realização de vacinação contra brucelose.

Id: 2107418

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATO DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA SEAPPA/DGAF Nº 21 DE 17 DE MAIO DE 2018

CRIO COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO E A FUNDAÇÃO SANTA CABRINI.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar Comissão para Proceder ao Acompanhamento do Contrato de Prestação de Serviços de nº 05/2013, entre a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento e a Fundação Santa Cabrini. - Processo nº E-02/001/025/2013

MEMBROS:

LUIZ FERNANDO DO COUTO CARRAPATOSO, ID 19045050 - Presidente

JACKSON SANCHES RAMALHO, ID 20227524

JORGE PIRES FERREIRA FILHO, ID 20225369

SUBSTITUTO:

JEOVANE VIEIRA DA SILVA, ID 438905562

SERGIO MATTIA PERES, ID Funcional 26972824

RAFAEL BENDER, ID 44576340

Art. 2º - Designar, como Gestor do Contrato nº 05/2013, o servidor JOSÉ LUIZ TEIXEIRA MAGALHAES, ID 20225067

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 17 de maio de 2018

ANTONIO EMÍLIO SANTOS

Diretor-Geral

Id: 2107424

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 11/05/2018

PROCESSO Nº E-02/003/03/2018 - RATIFICO A DISPENSA DE LICITAÇÃO a favor da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO com base no art. 26, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
DE 10/05/2018

PROCESSO Nº E-02/003/03/2018 - DISPENSO a licitação, com base no disposto no inciso VIII do art. 24, Lei Federal nº 8.666/93, e al-

terações posteriores; ADJUDICO a prestação de serviços objeto do presente administrativo à Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro AUTORIZO a despesa no valor estimado de R\$ 5.388,77 (cinco mil, trezentos e oitenta e oito reais e setenta e sete centavos), visando atender as despesas com publicações no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro através da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, sendo R\$ 1.388,77 (um mil, trezentos e oitenta e oito reais e setenta e sete centavos), referente ao complemento do 1º trimestre de 2018 e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), referente ao 2º trimestre de 2018, e a emissão da respectiva Nota de Empenho, sendo à conta do PI- 1354.20.122.0002.2010, Fonte de recurso 100, Modalidade de Aplicação 3390.00, do orçamento em vigor.

Id: 2107439

Secretaria de Estado de Cultura

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 18/05/2018

PROCESSO Nº E-18/001/745/2017 - HOMOLOGO o Pregão Eletrônico nº 004/2017 R1 do Tipo Menor Preço Global, ratificando os procedimentos adotados pelo Pregoeiro e o resultado do referido certame, conforme Ata de Sessão Pública nº 11, de 1.124 - 1.129 do p.p. contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Apoio Técnico-Administrativo, para atender as necessidades da Rede de Bibliotecas Parque desta Secretaria de Estado de Cultura, conforme especificação detalhada no Termo de Referência - Anexo I e na forma disciplinada no Decreto nº 43.770, de 11 de setembro de 2012. A Empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.482.840/0001-38, foi declarada vencedora, com valor global de R\$ 4.210.901,76 (quatro milhões, duzentos e dez mil novecentos e um reais e setenta e seis centavos).

Id: 2107440

Secretaria de Estado de
Esporte, Lazer e Juventude

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DO DIRETOR
DE 16/05/2018

PROCESSO Nº E-30/200196/2011 - JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA, professor Educação Física, nível X, matrícula nº 100961-2, ID Funcional nº 9217770, do quadro permanente da SUDERJ - FRADOS os prontos mensais integrais de inatividade a contar de 14/03/2013, por força da Lei nº 57773/2010.

Id: 2107325

Procuradoria Geral do Estado

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

ATO DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 336-CEJUR/PGE DE 15 DE MAIO DE 2018

ADMITO ESTAGIÁRIOS DE CURSO TÉCNICO NA PROCURADORIA DA GERAL DO ESTADO.

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da delegação estabelecida pela Resolução PGE nº 3.723, de 02 de março de 2015, considerando o convênio firmado com a FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC, para estágio de estudantes do Curso Técnico em Administração, na Procuradoria Geral do Estado.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir os estudantes, abaixo relacionados, para estagiar na Procuradoria Geral do Estado, a contar da assinatura dos respectivos Termos de Compromisso:

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO:
LUCAS DE AGUIAR MORAIS NASCIMENTO
MARIA CLARA SILVEIRA DA SILVA SOUZA

Art. 2º - As designações dos candidatos para as vagas existentes objetivam atender as necessidades da Procuradoria Geral do Estado. A não-apresentação dos documentos exigidos para a admissão, a recusa do candidato em aceitar a designação ou o não-comparecimento na data marcada pelo Centro de Estudos Jurídicos tornará sem efeito a admissão, nos termos da Resolução PGE nº 1.159/96.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo as admissões consideradas realizadas na data da assinatura dos respectivos Termos de Compromisso, respeitada a validade neles indicada.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2018

ANDERSON SCHREIBER

Procurador-Chefe do Centro de Estudos Jurídicos

Id: 2107520

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

ATO DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 337-CEJUR/PGE DE 15 DE MAIO DE 2018

ADMITO ESTAGIÁRIOS DE DIREITO NA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, no uso de suas atribuições legais e nos termos da delegação estabelecida pela Resolução PGE nº 3.723, de 02 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Serão designados os candidatos, abaixo relacionados, aprovados em Exame de Seleção a que se submeteram, para admissão no Estágio de Prática Forense e Organização Judiciária da Procuradoria Geral do Estado. As admissões em causa, com fundamento nos Decretos nºs 20.855, de 18.11.84; 22.304, de 27.06.96, e 25.969, de 28.01.2000 e nas Resoluções PGE nºs 1.159, de 06.05.96, e 4.134, de 19/03/2017, serão consideradas efetuadas na data da assinatura dos respectivos Termos de Compromisso, respeitada a validade neles indicada.

1º PR - NITERÓI
MARIANA DA SILVA VIANA

Art. 2º - As designações dos candidatos para as vagas existentes objetivam atender as necessidades da Procuradoria Geral do Estado. A não-apresentação dos documentos exigidos para a admissão, a recusa do candidato em aceitar a designação ou o não-comparecimento na data marcada pelo Centro de Estudos Jurídicos tornará sem efeito a admissão, nos termos do art. 9º da Resolução PGE nº 1.159/96.

Art. 3º - Os candidatos convocados para as Procuradorias Regionais assinarão o Termo de Compromisso no local correspondente à sua designação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo as admissões consideradas realizadas na data da assinatura dos respectivos Termos de Compromisso, respeitada a validade neles indicada.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2018

ANDERSON SCHREIBER

Procurador-Chefe do Centro de Estudos Jurídicos

Id: 2107521

D.O. de 10/01/2018, página 21. Servidores que autorizaram a publicação: Barbara Sotinho Barbosa, ID. 330456-4 e Raquel Batista de Oliveira Telles, ID. 4368334-7.

COLÉGIO ESTADUAL IRINEU MARINHO

EDITAL

A DIRETORA DO COLÉGIO ESTADUAL IRINEU MARINHO, sito na Rua Drº Otavio Assoli s/nº, Vila Centenário, Município de Duque de Caxias, Censo Escolar nº 33048509, nos termos da Resolução SE-EDUC nº 5469/2016, torna público o nome do candidato do CURSO DE ENSINO MÉDIO, autorizado pelo Decreto nº 21.641/1996, no ANO LETIVO DE 2004, Turma 3101: Andre Luis Viana dos Santos, Matrícula 2004310104. Secretária Escolar: Sandra Lima Barreto, designada no D.O. de 06/11/2013, página 10 3ª coluna. Diretora: Vanda Lucia dos Santos Iorio, designada no D.O. de 22/02/2017, página 14, 3ª coluna. Servidores que autorizam a publicação: Stela da Silva Bainesio, ID. 3096224-2 e Sabrina da Silva Teixeira, ID. 4194016-4.

RETIFICAÇÃO

D.O. DE 04.09.2008
PÁGINA 21 - 3ª COLUNA

EDITAL

CURSO: ENSINO MÉDIO

TURMA: 3001 - ANO: 2006

Onde se lê: 16 - Luis Augusto dos Espirito Santos

Leia-se: 16 - Luis Augusto do Espírito Santo

ID: 2107433

DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2014.
PARTE: Secretaria de Estado de Educação, através do DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS - DEGASE e a empresa "P&P TURISMO LTDA".
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 003/2014, referente à Prestação de Serviço de Agência de Viagens, conforme descrição contida no Anexo I do Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços SEPLAG nº 01/2014.
PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da data 05/05/2018.
VALOR TOTAL ESTIMADO: Total R\$ 99.600,00 (nove mil e seiscentos reais).
FUNDAMENTO: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993.
PROCESSO Nº: E-03/021/525/2014.
ASSINADO: 04/05/2018.

ID: 2107443

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Acordo de Cooperação.
PARTE: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social - SECTIDS, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ, Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação - ASSESPROIRJ e a Sociedade Nucleo de Apoio à Produção e Exportação de Software do Rio de Janeiro - RIOSOFT.
OBJETO: Estabelecer uma Cooperação Recíproca entre as partes.
PERÍODO: 05 (cinco) anos a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, substituindo o Acordo anterior.
DATA DA ASSINATURA: 27/04/2018
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: E-26/015/1094/2018.

ID: 2107514

RETIFICAÇÃO

D.O. DE 14/05/2018
PÁGINA 31 - 3ª COLUNA

EXTRATO DE TERMO

Onde se lê:
INSTRUMENTO: Extrato da Justificativa de Dispensa de Chamamento Público nº 001/2018.

Leia-se:
INSTRUMENTO: Extrato de Justificativa de Dispensa de Chamamento Público nº 002/2018.

ID: 2107516

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTADUAL DA ZONA OESTE

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

INSTRUMENTO: Acordo de Cooperação. **PARTE:** Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO e a UNIVERSIDADE AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO. **OBJETO:** Cooperação recíproca entre as partes, visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas relacionadas ao estágio curricular remunerado e/ou não remunerado dos estudantes da UEZO. **VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do referido convênio. **DATA DE ASSINATURA:** 23/05/2018. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 11.788/08, Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Estadual nº 287/79. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** E-26/002/235/2018.

ID: 2107521

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

EDITAIS

A PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO CITA, pelo presente Edital, o servidor DANILO SANTOS CARVALHO, Auxiliar Administrativo, matr. nº 37.558-4, para comparecer à sede da referida Comissão, situada nesta Cidade, na Rua São Francisco Xavier, 524, sala 2136 - Bloco F, 2º andar, Maracanã - Pavilhão João Lyra Filho, no horário de 10.00 às 16.00 horas, de modo a possibilitar o andamento do seu interrogatório no processo administrativo nº E-26/007/14362/2013, transformado no Processo Disciplinar nº 250/2017, para apurar as faltas injustificadas e o abandono de cargo.

E obrigatório o comparecimento do Servidor, nos termos do inciso XVI do art. 286 do Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro que reza: "Ao funcionário é proibido deixar de prestar declarações em processo administrativo disciplinar, quando regularmente intimado".

A PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO CITA, pelo presente Edital, o servidor MANOEL REIS ROSA, Técnico Universitário Médio/Técnico em Enfermagem, matr. nº 30.282-4, para comparecer à sede da referida Comissão, situada nesta Cidade, na Rua São Francisco Xavier, 524, sala 2136 - Bloco F, 2º andar, Maracanã - Pavilhão João Lyra Filho, no horário de 10.00 às 16.00 horas, de modo a possibilitar o andamento do seu interrogatório no processo administrativo nº E-26/007/14362/2013, transformado no Processo Disciplinar nº 250/2017, para apurar as faltas injustificadas e o abandono de cargo.

E obrigatório o comparecimento do Servidor, nos termos do inciso XVI do art. 286 do Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro que reza: "Ao funcionário é proibido deixar de prestar declarações em processo administrativo disciplinar, quando regularmente intimado".

ID: 2105855

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

EDITAL

A PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO CITA, pelo presente Edital, o servidor DANIELA DE MELO FIGUEIREDO, Técnico de Enfermagem, matr. nº 35.337-4, para

comparecer à sede da referida Comissão, situada nesta Cidade, na Rua São Francisco Xavier, 524, sala 2136 - Bloco F, 2º andar, Maracanã - Pavilhão João Lyra Filho, no horário de 10.00 às 16.00 horas, de modo a possibilitar o andamento do seu interrogatório no Processo Administrativo nº E-26/007/3556/2016, transformado no Processo Disciplinar nº 262/2017, para apurar as faltas injustificadas e o abandono de cargo.

E obrigatório o comparecimento do Servidor, nos termos do inciso XVI do art. 286 do Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro que reza: "Ao funcionário é proibido deixar de prestar declarações em processo administrativo disciplinar, quando regularmente intimado".

ID: 2106666

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 248 / 2018

A UERJ torna pública que realizará na data 11/05/18, às 14h, a licitação para Serviços de ESTERILIZAÇÃO POR ÓXIDO DE ETILENO, ETC. Proc. Nº 26/008/2216/2017. Conforme Decretos nº 45.109/2015 e nº 45.680/2016. Editais e anexos disponíveis no site: www.compras.rj.gov.br

ID: 2107157

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Termo de Contrato Nº 010/2018.
PARTE: Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e a Empresa CEMEX DE PINHEIRAL COMERCIO E SERVIÇOS DE ELETRICIDADE LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa especializada, para prestar, junto à Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC, obras de instalação elétrica nas dependências de 17 Unidades, com fornecimento de todo material e mão de obra necessária.
PRAZO: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de publicação do extrato do contrato no D.O., valendo a data de publicação do extrato, como termo inicial de vigência.
ASSINATURA: 17/05/2018.
VALOR: R\$ 1.545.411,89 (um milhão, oitocentos e quarenta e nove mil quatrocentos e onze reais e oitenta e nove centavos).
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pela Lei Estadual nº 287/79, pelo Decreto nº 3.143/90 e Decreto nº 42.445/10, com redação alterada pelo Decreto nº 45.633/16, Decreto nº 42.063/09, e respectivas alterações, e do Decreto Estadual nº 42.091/09 c/c o Decreto Estadual nº 42.301/10, Edital de CP nº 001/2018.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: E-26/005/4618/2017

ID: 2107309

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Divest nº 020/2018
PARTE: Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e a INOVATIVE COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS EIRELI.
OBJETO: Cooperação recíproca, visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas relacionadas ao estágio curricular dos alunos da FAETEC, conforme Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.
DATA DE ASSINATURA: 16/05/2018
PRAZO: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação.
VALOR: SEM ONIUS
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.788/08, Lei Estadual nº 287/79 e Decreto Estadual nº 3.149/90.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: E-26/005/1636/2018

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Divest nº 021/2018
PARTE: Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e a CADA CONSULTORIA PREVENÇÃO CONTRA INCENDIO E PANICO LTDA ME.
OBJETO: Cooperação recíproca, visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas relacionadas ao estágio curricular dos alunos da FAETEC, conforme Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.
DATA DE ASSINATURA: 16/05/2018
PRAZO: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação.
VALOR: SEM ONIUS
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.788/08, Lei Estadual nº 287/79 e Decreto Estadual nº 3.149/90.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: E-26/005/1656/2018

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Divest nº 022/2018
PARTE: Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e a A. A. SALLES & CIA LTDA.
OBJETO: Cooperação recíproca, visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas relacionadas ao estágio curricular dos alunos da FAETEC, conforme Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.
DATA DE ASSINATURA: 16/05/2018
PRAZO: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação.
VALOR: SEM ONIUS
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.788/08, Lei Estadual nº 287/79 e Decreto Estadual nº 3.149/90.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: E-26/005/1453/2018

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Divest nº 023/2018
PARTE: Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e a A. A. VENITO SERVIÇOS ELETRICOS, COMERCIO E CONSULTORIA EM INFORMATICA.
OBJETO: Cooperação recíproca, visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas relacionadas ao estágio curricular dos alunos da FAETEC, conforme Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.
DATA DE ASSINATURA: 16/05/2018
PRAZO: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação.
VALOR: SEM ONIUS
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.788/08, Lei Estadual nº 287/79 e Decreto Estadual nº 3.149/90.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: E-26/005/1691/2018

ID: 2107237

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

EDITAL

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC torna pública o processo seletivo para ingresso de candidatos ao curso do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu, Especialização em Gestão Educacional Integrada, aberto aos portadores de Diploma de Licenciatura, no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro - ISEIJ, para o 2º semestre de 2018 e 1º semestre de 2019, com oferta de 60 (sessenta) vagas, sendo 30 (trinta) vagas para ingresso em 2018.2 e 30 (trinta) vagas para ingresso em 2019.1, distribuídas de acordo com a Lei Estadual nº 6.914/14, que institui o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação. O Edital, na íntegra, será divulgado na endereço eletrônico www.faetec.rj.gov.br. Processo nº E-26/005/1363/2018.

ID: 2107512

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 001/2018 de Prestação de Serviços Relativos à Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia - SCM.
PARTE: Estado do Rio de Janeiro, representado pela Fundação para a Infância e Adolescência e a Empresa Claro S/A.
OBJETO: Prestação de Serviços de Comunicação Multimídia - SCM.
PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 02/05/2018, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência caso posterior à data conveniada nesta cláusula.
FUNDAMENTO: Proc. nº E-26/012/512/2017.
ASSINADO: 02/05/2018.

ID: 2107524

Secretaria de Estado do Ambiente

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Execução PARTES: o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, O MUNICÍPIO DE IAPURUNA, E O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - IDG. **OBJETO:** Constitui objeto do presente Termo a execução do Projeto do Fortalecimento Gestão e Implementação das UCs do Saguão-Serra-Escuro, RVS Monte Alegre e Morro Floresta no Município de Iapauruna - RJ, no valor de R\$ 2.164.042,73 (dois milhões, cento e sessenta e quatro mil quatrocentos e doze reais e três centavos), conforme aprovado pela CCA/RJ. **DATA DE ASSINATURA:** 11/05/2018 **FUNDAMENTO LEGAL:** Proc. Nº E-07/001.400/2017

ID: 2107314

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EDITAIS

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2008, e tendo em vista o Auto de Infracção Nº COGEFISEAU00146358 emitido com a sanção de Multa Simples, no valor de R\$ 2.924,58 em 26/03/2018, com enquadramento no artigo 81, da mesma Lei, Processo Nº E-07/002.4334/2015.

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Fortes dos Lagos Compensados LTDA, CNPJ/CPF Nº: 04.104.657/0001-50. **ENDEREÇO:** Avenida Joaquim Nogueira, nº 61 - Cabo Frio - RJ.

O convocado ou sua representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Venâncio, nº 110 sala 412 4º andar - Saude - Rio de Janeiro - RJ. O Processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2008, e tendo em vista o Auto de Infracção Nº COGEFISEAU00146358 emitido com a sanção de Multa Simples, no valor de R\$ 1.420,35 em 17/02/2016, com enquadramento no artigo 7, da mesma Lei, Processo Nº E-07/002.12160/2014.

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Carlos Granha Eraldi, CNPJ/CPF Nº 523.238.467-07. **ENDEREÇO:** Rua João Gomes, sn - Mangaratiba - RJ.

O convocado ou sua representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Venâncio, nº 110 sala 412 4º andar - Saude - Rio de Janeiro - RJ. O Processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

ID: 2107511

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR Nº COGEFISEAU00147811

NOME: Lansa Comercio e Fios LTDA, CNPJ/CPF Nº: 30.840.502/0003-00. **ENDEREÇO:** Rodovia RJ-127, 2.600, MUNICÍPIO: Paracambi - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 84 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE:** Embargo de Obra ou Atividade. **PROCESSO Nº:** E-07/002.110856/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU00148438
NOME: Jose Braga Pereira, CNPJ/CPF Nº: 107.281.227-40. **ENDEREÇO:** Rodovia Deputado Alair Ferreira, sn, MUNICÍPIO: Campos dos Goytacazes - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 56 e 84 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE:** Embargo de Obra ou Atividade. **PROCESSO Nº:** E-07/002.2472/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU00148978
NOME: Clavis Solar, CNPJ/CPF Nº: 039.658.057-20. **ENDEREÇO:** Rua General Severiano, 183, MUNICÍPIO: Rio de Janeiro - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 2.337,50. **PROCESSO Nº:** E-07/002.8517/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR Nº COGEFISEAU00148322

NOME: Sabrina Conceição Albino, CNPJ/CPF Nº: 174.129.377-40. **ENDEREÇO:** Praia do Sono, MUNICÍPIO: Paraty - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 46 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE:** Embargo de Obra ou Atividade. **PROCESSO Nº:** E-07/002.8517/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU00149425

NOME: Ambiental Brasil Coleta de Resíduos LTDA, CNPJ/CPF Nº: 04.938.349/0001-15. **ENDEREÇO:** Rua Rio Grande do Sul, sn, MUNICÍPIO: Duque de Caxias - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 87 e 95 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 81.976,30. **PROCESSO Nº:** E-07/002.5501/2016.

ID: 2107506

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 022/2018 (DF).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a SARTORIUS DO BRASIL LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GABINETE PARA PRODUÇÃO DE ÁGUA ULTRA-PURA E REATÓRIO PARA ARMAZENAMENTO.
PRAZO: 60 (sessenta) dias.
VALOR: R\$ 96.896,62 (noventa e seis mil oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos).
FUNDAMENTO: Processo nº E-17/100.508/2016 (Pregão Eletrônico nº 348/2017).

ID: 2107294

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 059/2018 (DG).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a SOS MAQUINAS ASSESSORIA INDUSTRIAL EIRELI.
OBJETO: SERVIÇO DE REPARO DE TRÊS MOTORES DO BAIXO RECALQUE DO GUANDU (BRG).
PRAZO: 90 (noventa) dias.
VALOR: R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 10/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.629/2017 (Pregão Eletrônico nº 321/2018).

ID: 2107295

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 03 ao Contrato CEDAE nº 030/2016 (DH).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DA COSTA DO SOL E REGIÃO SERRANA (SENTRASOL).
OBJETO: Prorrogação do prazo do contrato.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 96.267,00 (noventa e seis mil duzentos e sessenta e sete reais).
DATA DA ASSINATURA: 24/04/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.135/2016 (Inexigibilidade de Licitação nº 002/2016 - DH).
Omitido no D.O. de 25/04/2018.

ID: 2107296

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LOGÍSTICA CHEFE

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão eletrônico - PERP03/18.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO REGISTROS DE GAVETA DE FERRO FUNDIDO DE DIVERSOS DIÂMETROS.